

ZERO e MUBI defendem maiores apoios do Fundo Ambiental em 2021 à aquisição de bicicletas

19 de Outubro, 2020

A compra de bicicletas deve ter maior apoio do Fundo Ambiental e mais incentivos no próximo Orçamento do Estado, defendem as associações Zero e MUBI num comunicado, ao qual a Lusa teve acesso.

As duas associações sugerem que os incentivos para a aquisição de bicicletas convencionais devem ser de 50%, com um aumento do limite máximo para os 200 euros e para um total de 5 mil bicicletas. Já em relação às bicicletas com assistência elétrica os incentivos devem manter-se nos 50%, com um aumento do limite máximo para os 500 euros e um para um total de 5 mil bicicletas.

Os incentivos em 2020 para a compra de uma bicicleta convencional (sem assistência elétrica) são de 10%, até ao máximo de 100 euros, e para uma bicicleta elétrica são de 50%, com um limite de 350 euros.

“Fazendo as contas, para usufruir do incentivo de 100 euros (na compra de uma bicicleta convencional) é necessário gastar 1.000 euros, valor este que permite optar pela aquisição de uma bicicleta elétrica e obter um incentivo muito superior”, alertam no comunicado.

Segundo a Lusa, a Zero e a MUPI sugerem também um aumento de incentivos para bicicletas de carga e apoios para a reparação de até 50 mil bicicletas.

As duas associações elogiam a iniciativa, que já vai no quarto ano consecutivo, de incentivar a compra de veículos de baixas emissões de gases e mais amigos do ambiente, sejam bicicletas sejam outros veículos elétricos, na linha de planos e estratégias do Estado no sentido de uma mobilidade urbana sustentável. E lembram que a Assembleia da República apresentou recentemente propostas de recomendação ao Governo de apoio e estímulo a estas formas de deslocação, na sequência da pandemia de covid-19.

Em Itália, o Governo criou um “bónus bici”, que reembolsa até 60% do custo de uma bicicleta, até ao máximo de 500 euros, o Reino Unido paga até 55 euros a reparação de bicicletas, e a França disponibilizou 60 milhões de euros para encorajar o uso da bicicleta.

Os exemplos são das duas associações, que acrescentam depois que em Portugal a Câmara Municipal de Lisboa disponibilizou três milhões de euros para apoiar a compra de bicicletas, o que é quase 10 vezes superior ao que o Fundo Ambiental tem para o país todo.

As duas concluem que se o Governo assume um forte investimento no reforço de soluções de mobilidade ativa nas cidades o Orçamento do Estado para 2021 deverá transparecer essa vontade. E o Governo, dizem também, deve começar

rapidamente um programa de incentivo a movimentos pendulares casa-trabalho em bicicleta, como já acontece noutros países europeus.